 ISBN:978-85-87942-61-6

MR 010. Direitos Culturais e Territoriais, Práticas Estatais e Empresariais e Desenvolvimento

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF) - Coordenador/a, Raquel Mombelli (NEPI/UFSC) - Participante, Andrea L. Zhouri Laschefski (UFMG) - Participante, Jorge Eremites de Oliveira (Universidade Federal de Pelotas) - Participante, Deborah Bronz (Universidade Federal Fluminense - UFF) - Debatedor/a Contemporaneamente, no Brasil, o reconhecimento de direitos culturais e territoriais tem sido posto ? prova por um conjunto de iniciativas e pr?ticas institu?das nos ?mbitos governamentais e empresariais que se fazem perceber especialmente no campo das pol?ticas desenvolvimentistas e ambientais, onde encontramos uma diversa gama de leis que regulam a situa??o dos povos tradicionais e de seus territ?rios. O regime discursivo do desenvolvimento tem sido acionado pelos governos e por diferentes institui?es e agentes para evocar, na pr?tica, a imposi??o de um modo de vida (capitalista e modernizante) sobre a grande diversidade cultural previamente reconhecida e garantida por leis nacionais e internacionais. Dessa forma, se coloca a quest?o sobre as implica?es desse regime discursivo que ? o desenvolvimento como necessidade primordial na sociedade capitalista contempor?nea, que produz modos de vida permitidos e impossibilita e desqualifica outros. Para suscitar uma reflex?o e um debate mais aprofundando sobre esse tema, a mesa redonda prop?e reunir experi?ncias etnogr?ficas de pesquisadores em situa?es de conflitos socioambientais, reivindica??o de direitos territoriais e pr?ticas de governan?a no ?mbito da implementa??o de grandes projetos de desenvolvimento.

> **Os antropólogos e o reconhecimento de terras quilombolas no Brasil (1997-2015).**
> **Autoria:** Ana Paula Comin de Carvalho
> O presente work tem como tema a relação entre a antropologia brasileira e a identificação de grupos etnicamente diferenciados, especialmente as comunidades remanescentes de quilombos. O problema de identificação desses grupos acabou por configurar-se num campo específico de atuação que envolve uma gama diversificada de mediadores. Dentre eles, os antropólogos que vem trabalhando ativamente para ocupar o lugar de interlocutores com legitimidade técnica e acadêmica requeridas para o dialogo com os campos administrativos, político e jurídico (CARVALHO, 2008). Entre os anos de 1997 e 2015 foram produzidos 204 relatórios de identificação de territórios quilombolas. Diante da inexistência de análises mais abrangentes sobre esses works, buscamos preencher essa lacuna a partir do estudo aprofundado de 20 relatórios e de entrevistas com seus autores.

 ISBN:978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN:978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**